

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 8 de abril de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR (Primeiro-Secretário)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rosenberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56) A Deputada Soane Galvão encontra-se licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu escalo o meu eminente amigo, líder, conselheiro, deputado Alan Sanches, como segundo-secretário, para fazer a leitura das atas.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO ad hoc (Alan Sanches): Ex.^{mo} Sr. Presidente, submeto ao Plenário as seguintes atas das sessões especiais: 7ª, 8ª e 9ª, realizadas, respectivamente, em 27, 28 e 31 de março de 2025. Dou as atas como lidas.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., segundo-secretário, deputado Alan.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Alan.

Dizem que tem coisa que não é nem por força nem por violência. Porém, eu gostaria de ouvir o discurso de V. Ex.^a, mas de lá, da tribuna, meu líder.

O Sr. Alan Sanches: Não estou inscrito não, deputado. Mas se V. Ex.^a quiser...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Está bem. Vá.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, observando, então, alguns... Deixe-me limpar essa... (O orador retira os papéis da tribuna e os coloca em outra mesa.)

Sr. Presidente, eu gostaria da atenção dos presentes e das pessoas que possam estar nos assistindo e acompanhando pela *TV ALBA* e também na Casa da seguinte forma. Aproveito a presença do presidente da Comissão de Saúde para fazer uma solicitação verbal, pois, na próxima terça-feira, estarei presente à reunião, presidente Alex.

Eu gostaria que a gente fizesse uma visita ao Hospital Geral Roberto Santos. Eu estive acompanhando algumas queixas e denúncias, deputado Alex da Piatã, sobre a falta do atendimento no ambulatório do Hospital Geral Roberto Santos. Dessa forma, eu acho importante esse grande equipamento, o Hospital Geral Roberto Santos, para que a gente possa...

Já ouvi diversas queixas sobre esse hospital. Muitas vezes, se fazem as visitas aos hospitais novos. Então, não existe sentido em a gente, através da Comissão de Saúde, não fazer essa visita ao Hospital Geral Roberto Santos, para a gente poder conferir e avaliar, exatamente, se essas queixas são pertinentes ou não.

Eu gostaria de chamar a atenção, deputado Marcelino Galo, que o Hospital Geral Roberto Santos é referência, por exemplo, na parte vascular, nas doenças e patologias vasculares. Muitas vezes, nós temos uma queixa muito grande disso.

Então, convido inclusive V. Ex.^a, deputado Marcelino Galo, para se fazer presente, a fim de podermos, independentemente de partido e de coloração ideológica, estar presentes, através da Comissão de Saúde. Esse é um convite oficial que eu faço, verbalmente. Vou fazer também em comissão.

Já se foi a Juazeiro. Já se foi a Petrolina. Aliás, Petrolina não, porque é outro estado. Mas já fomos a tantos lugares. A Comissão de Agricultura vai a tantos lugares na Bahia. Por que não ir ao Cabula para podermos fazer uma visita ao Hospital Geral Roberto Santos?

E falando nisso, inclusive, a vereadora Débora Santana, da Câmara Municipal de Salvador e da Assembleia de Deus, fez um relato hoje. Eu a estava acompanhando na Câmara Municipal de Salvador. Realmente, chama muita a atenção sobre esse fato. Então, essa visita está solicitada verbalmente. Eu vou fazer, não só verbalmente, mas também por ofício.

Mas vendo isso, eminente presidente, as pessoas... Eu estive avaliando alguns discursos que parecem uma missa encomendada, deputado Samuel, quando começaram a falar sobre ACM Neto. Vejam a pequenez. Até aliados fazem isso, gente, até, digamos assim, pessoas do grupo levantando esse tema.

Eu gostaria, realmente, de saber se essas pessoas teriam a mesma coragem de levantar qualquer tipo de questionamento da personalidade de ACM Neto se ele não estivesse, há 6 anos, sem mandato. Bem, se fosse um governador do estado ou se fosse prefeito da capital...

Agora, pelo amor de Deus, querer falar que Neto fez uma carreata e no dia seguinte ele ligou... Vá tomar banho, meu Deus do céu! É carência? Vá arranjar uma mulher! Vá pedir um abraço ao filho! Não é dessa forma que se faz política, não. A política é feita com gesto!

Teve, inclusive, o caso de Junior Marabá. Eu não o conheço, pessoalmente. Eu não sei da sua personalidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas, pelo amor de Deus, em 2020, ACM Neto entregou o partido para ele ser candidato, quando o PT não fez! Dá mesma forma, em 2022, quando Junior Marabá foi fazer uma carreata para ACM Neto... É a isso que ele se apegar: depois, não houve um agradecimento.

Eu acho que a gente não pode agir dessa forma. Eu acho que o Junior Marabá deveria ser grato!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mais uma vez, eu digo, com a sua tolerância. Eu não o conheço, mas ele deveria ser grato, porque, em 2022, ele não fez carreata porque ele achava ACM Neto bonitinho, não! Ele fez porque ACM Neto era, virtualmente, o candidato que ganharia aquelas eleições! E a região dele é, preferencialmente, de direita e de centro-direita. Então, da mesma forma, ele ajudou ACM Neto; e ACM Neto o ajudou para, em 2024, mais uma vez, ser reeleito prefeito.

Mas as pessoas, deputado Samuel, têm a memória curta! Eu acho que um casamento se desfaz. E as amizades também podem se desfazer. Mas você se esquecer de tudo o que você construiu com aquela pessoa, no caso, Junior Marabá-ACM Neto, eu acho que isso não deve acontecer. Quanto a isso, eu começo a questionar como é o pensamento daquela pessoa, no caso, o Sr. Junior Marabá. Eu, mais uma vez, digo que não o conheço! Mas eu, por ter uma linha diferente da dele, se eu quisesse me afastar do governo, eu não iria cuspir no prato que eu comi. Eu iria simplesmente me afastar.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu não estou pensando, agora, com a sua tolerância, porque V. Ex.^a me pediu. E, aí, o tema é importante. Nós só temos, aqui, um, dois, três, quatro e cinco deputados. Eu sou o sexto. A sétima pessoa presente é a presidente. E V. Ex.^a é o oitavo. Talvez, existam mais dois deputados. Temos 11 deputados. Então, acho que a gente, aí, tem tempo. Então, com a sua tolerância, não havia ninguém inscrito para falar. Mas só com a tolerância de V. Ex.^a, para concluir, porque o tema é importante. Este é um tema importante.

Então, para a gente poder concluir, vou pegar o fio da meada, eu acho que ele poderia sair. Não me interessa os benefícios que teve. E há outra coisa, gente. Não é porque me tratou bem que, aí, eu vou para o grupo “a” ou grupo “b”. Pelo amor de

Deus! Não é dessa forma que se faz política. Eu não entendo política dessa forma: do toma lá dá cá.

Eu entendo de projeto, entendo de posição que você acredita, uma posição ideológica. Agora, há de se tratar bem, porque quem me trata mal, esse só vai me tratar mal uma vez, porque eu não falarei. O me tratar bem é educação, que a minha mãe me deu, que meu pai me deu, que a minha família me deu.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Mais 30 segundos.

Então, dessa forma, eu não vou abraçar “a”, “b” ou “c”, porque me tratou bem. Eu tratarei da mesma forma. Agora, quando a pessoa me trata mal, eu farei também.

Agora, eu espero, realmente, que o Junior Marabá... Vocês imaginem: ele mudou o partido! Hoje, está recebendo o título, que eu não darei. Serei contra. Não sei nem quem o propôs. Não darei, porque não vou entrar nessa missa encomendada do governo. Eu não sei nem quem é, mas eu serei contra. E olhe que eu estou para ajudar todo mundo. Mas, nesse caso, se depender de mim, ele, nesta Casa, não receberá esse título.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Alan.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Raimundinho da JR, grande figura.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, meu presidente em exercício Samuel. Quero dar boa tarde a todos os presentes nesta Casa.

Venho aqui, meu líder Samuel, para dizer a V. Ex.^a que a cidade de Dias d’Ávila, quando aparece na televisão, não é coisa que preste. Eu fiquei muito triste, pasmo, deputado Rosenberg.

Nós temos uma lei aprovada que, nos bancos, temos a tolerância de 15 minutos na fila de espera. Nós não podemos passar mais de 15 minutos aguardando para ser atendido dentro de um banco. Fiquei muito triste em ver um colega motorista de caminhão... Digo isso porque eu me considero também caminhoneiro. Trata-se daquele cidadão que chegou de viagem, que tomava conta da sua senhora mãe. Ele tinha uma procuração para receber a aposentadoria daquela senhora. E ele chegou às 9 da manhã à agência da Caixa Econômica Federal, na cidade de Dias d’Ávila, e ficou até as 2 horas da tarde.

Essa espera criou uma revolta naquele cidadão, um caminhoneiro, um homem que transporta mercadorias, de canto a canto, em nosso país. Tudo, hoje, melhor, 80% são transportados em cima de um caminhão. Ele veio a perder a sua vida dentro de uma agência da Caixa Econômica Federal, no município de Dias d’Ávila.

Será que o gerente daquela agência e aquele segurança estavam ali para defender um patrimônio e não para sacar uma arma e atirar, a sangue frio, em um cidadão que estava ali para sacar os benefícios da sua senhora mãe? Covardemente, perdeu a sua vida um caminhoneiro trabalhador e lutador. Ele perdeu a sua vida de forma brutal.

Como a gente pode ver, hoje, eram três seguranças contra um pai de família desarmado e sem defesa. O gerente do banco, naquele momento, poderia muito bem ter evitado. Em vez de chamar o segurança, o gerente poderia ter chamado um caixa e mandado resolver o problema daquele cidadão ou ele mesmo botar o cliente na mesa dele, e procurar saber qual era a indignação daquele cidadão naquele momento.

A gente fica muito triste ao olhar a covardia como um pai de família trabalhador e honesto perdeu a sua vida dentro de uma agência bancária. Acho isso um absurdo.

Assim como aquele segurança, com a agência lotada de pais de família, mães de família, com diversas vidas que estavam ali dentro, com o mesmo objetivo de serem atendidos, o segurança sacou a arma e tirou a vida de um cidadão. Tudo isso poderia ter sido evitado. E poderia ter acontecido uma tragédia muito pior. Você já imaginou se aquele tiro, deflagrado na direção de um caminhoneiro, de um trabalhador, lutador, que transporta nossa nação... Tudo o que a gente precisa está em cima de um caminhão. E a gente perdeu um caminhoneiro, covardemente.

Fico muito triste.

E, olhando, vamos chamar as nossas autoridades. Ao invés de um segurança de um banco andar com revólver 38 e uma pistola do lado, que ele use uma pistola *taser* ou que imobilize se tiver alguma atitude que não seja conivente. Mas o gerente daquele banco poderia, sim, ter intervindo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) chamado a atenção daquele segurança e deveria ter dito: “Chame um funcionário para atender.” E a vida daquele cidadão estaria hoje no meio da sua família. Mas, infelizmente, a vida dela foi tirada, covardemente.

E a gente fica mais triste ainda, pois, na audiência de custódia, esse homem, que tirou a vida de um pai de família, hoje, está em liberdade. Foi preso em flagrante.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quanto a isso, a gente não pode conviver com tal coisa.

Eu acredito na Justiça. Eu acredito que o juiz ou a juíza, que deu essa determinação, vai olhar com carinho e vai ver as provas, pois um elemento dessa natureza não pode conviver no meio da sociedade, tirando a vida de um pai de família.

Só para encerrar, aqui, ficam o meu desabafo e a minha solidariedade a todos os familiares.

Gostaria de dizer que o deputado Raimundinho repudia a ação de um segurança do banco ao tirar a vida de um ser humano, um cliente do banco.

Então, só para encerrar, Sr. Presidente, ficam o meu desabafo e o meu muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Raimundinho.

Acompanhei o caso. O rapaz que faleceu é irmão de dois grandes amigos meus que, inclusive, são o pastor Anderson e o pastor Jorge. A gente foi solidário também à família. Não pude acompanhar o sepultamento, porque estava em viagem.

Mas eu acho que a gente precisa de um preparo melhor, principalmente dos agentes de segurança. Porque quando você assiste ao vídeo, ele mostra que o rapaz

estava um pouquinho nervoso, talvez com toda a situação desde cedo. O senhor falou que ele estava ali desde as 9 horas. Mas sabe-se lá desde que dia o rapaz vinha tentando resolver esse problema, não é? E, aí, no desespero dele, o segurança desferiu o tiro e acabou tirando a vida do caminhoneiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o eminente deputado Hilton Coelho. Senti a falta dele na semana passada. Ele estava em missão oficial do seu partido. Mas a sua voz está de volta ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. HILTON COELHO: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou de volta e com a nossa placa aqui. (O orador mostra a placa.)

Quero saudar as presenças das pessoas do Sinpojud e Sintaj. Trata-se das categorias do Judiciário estadual que, mais uma vez, ocupam as galerias da nossa Assembleia Legislativa para falar desse absurdo inexplicável, é inexplicável. O Projeto de Lei nº 25.491/2024 tomou um chá de sumiço nesta Casa, e não vem a Plenário para ser votado, apesar de todas as garantias que a desembargadora e presidenta do TJBA deu e as sinalizações positivas do governo. E, pelo jeito, há a nossa ilusão de que, na Bahia, existe independência entre os poderes.

Volto a dizer: nós vamos bater nessa tecla. Os deputados e as deputadas da Base do Governo têm de vir a esta tribuna para dizer que, na Bahia, não existe independência entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Digo isso porque um determinado projeto tem a previsão de ser bancado pelo Orçamento de um poder. E isso foi a declaração pública da presidenta. Então, toda a expectativa foi criada pela categoria que, há anos, está nesta luta. E isso não se realiza. Nós vamos rasgar a Constituição.

Eu quero entender até quando esse absurdo vai ser prorrogado nesta Casa. Enquanto não acontecer, a nossa plaquinha vai estar aqui. (O orador mostra a placa.) Eis a nossa irrestrita solidariedade ao movimento, pois, amanhã, tem a assembleia. Não é verdade? Os trabalhadores e as trabalhadoras estão em assembleia mobilizados, porque não vão aceitar este absurdo, de forma nenhuma.

Já dissemos e repito: o que está em jogo não é uma valorização isolada de trabalhadores, ainda que esses trabalhadores e trabalhadoras mereçam pelo arrocho histórico que tem sido imposto pelos últimos governos.

Mas o que está em jogo é nós termos uma Justiça baiana que consiga servir dignamente ao nosso povo, ou esse processo de precarização, de perda de qualquer valorização para a categoria, o que obviamente coloca os servidores numa condição péssima para realizar os serviços que tanto os baianos e as baianas precisam.

Então, todo apoio do Psol à luta dos trabalhadores do Judiciário estadual, pois vão ter uma vitória, porque essa posição, a meu ver, é inexplicável e não pode ser procrastinada, de forma nenhuma.

Toda força para a luta! Estamos juntos com vocês!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Bom, gente, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para falar de outra categoria de trabalhadores, desta vez, municipal. Amanhã, terá um ato da educação municipal, na frente da Secretaria de Gestão da Prefeitura Municipal de Salvador, no Largo dos Aflitos, para tratar de uma situação que está chamando a atenção de todo o Brasil.

Por um lado, há as denúncias de fraude do recurso público e de desvio de recurso público da prefeitura de Salvador. Aliás, eu queria dizer que o mais novo indiciado, o empresário Samuel, conhecido vulgarmente como Samuca, foi definido, pelo próprio prefeito Bruno Reis, como amigo, irmão, meu amor. Ou seja, eu quero ver como vai ficar a situação se esse empresário vier a ser preso, não é? O amor do prefeito Bruno Reis na cadeia; e ele, fora.

Então, é essa pergunta que não quer calar para o Brasil todo e, principalmente, para as educadoras e os educadores de Salvador, porque estão em processo de mobilização para a garantia do piso nacional. O piso está em lei. O piso é constitucional! E o prefeito Bruno Reis vem rasgando. Aliás, já são 13 anos que se rasga a lei do piso salarial nacional da educação em Salvador.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, recentemente, foi aprovado, inclusive, um aditivo para a empresa do parente do “Rei do Lixo”, aquele que também foi indiciado pela Polícia Federal pelo desvio dos R\$ 67 milhões. Teve um aditivo conformando R\$ 56 milhões de investimentos no Orçamento para essa empresa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Deixe-me ver o nome da empresa: Comtech. A Comtech recebeu um aditivo. Agora, tem R\$ 56 milhões no novo Orçamento da Prefeitura Municipal de Salvador. Com certeza, essa reunião aconteceu, não é? A reunião aconteceu de maneira subterrânea com o prefeito Bruno Reis para definir o aditivo, recurso para empresa com aditivo.

Mas o prefeito Bruno Reis se recusa a receber as professoras e os professores, os educadores e as educadoras da cidade de Salvador. Não há mesa de negociação para conversar sobre o piso salarial nacional da educação, que é direito. Mas as reuniões subterrâneas estão acontecendo para desviar os recursos públicos. Isso é inaceitável!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Por isso, aqui, eu queria deixar todo o nosso apoio a este processo de mobilização que, amanhã, acontecerá Carlos Gomes, em uma grande avenida de Salvador. Logo depois da assembleia do Sintaj, eu vou para esse processo de mobilização que precisa ter, como definição, como conclusão, o pagamento do piso salarial nacional da educação na cidade de Salvador.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Leandro de Jesus que também esteve em outras atividades fora do Plenário, mas não deixando, lógico, de estar representando o seu mandato. Hoje, ele retorna. Por certo, ele tem um discurso acalorado com o gosto também da pimenta paulista. Fique à vontade, deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Agradeço, mais uma vez, por estar em mais esta sessão, neste Plenário. Cumprimento todos.

Parabenizo a deputada e presidente Ivana Bastos pela decisão de instalar a CPI. A CPI visa a investigar as práticas criminosas que vêm acontecendo em nosso estado da Bahia como as invasões criminosas de propriedades.

Eu quero destacar o seguinte: esta CPI, e não apenas a CPI, mas o posicionamento de cada deputado desta Casa estará vinculado à história, à história de um posicionamento sobre mulheres que estão sendo abusadas, mulheres que estão sendo espancadas, mulheres que são desfiguradas em razão de espancamentos que ocorrem durante essas invasões. Digo isso porque, no imaginário, o que se pinta é estarmos falando de movimentos sociais pacíficos que estão ali em busca de um pedacinho de terra.

Não é isso, senhoras e senhores! Não é isso!

Nós temos o registro de vários boletins de ocorrências e de denúncias dessas invasões de terras a propriedades produtivas, pois esses terroristas chegam a 1 hora da manhã, como aconteceu agora, há 3 dias. Eles chegam a 1 hora da manhã para invadir a propriedade de uma família que passou o dia todo na labuta, na terra, plantando para cada um de nós possa comer.

Digo isso porque se existe a possibilidade de cada um de nós irmos ao supermercado para comprar leite, comprar pão, comprar seja lá qual for o produto, é porque têm famílias, assim como essas do Extremo Sul, que dedicam as suas vidas para plantar.

E, aí, esses canalhas, criminosos, terroristas, a 1 hora da manhã, invadiram a propriedade dessa família, tentando arrombar a porta da casa dessa família, enquanto essa família descansava.

Como nós podemos falar que se trata de um movimento social?!

Isso se trata de ação terrorista!

Eu vi os relatos, eu vi os vídeos, eu vi mães de famílias, senhoras de idade que poderiam ser a minha mãe, que foram espancadas durante as invasões criminosas de propriedades.

Então, quero deixar claro para cada colega meu desta Casa. O posicionamento dos senhores significará se você está com esse sangue nas mãos ou não. Digo isso porque mulheres estão sendo abusadas. Há casos de estupro. Nós vemos extorsão, cárcere privado, espancamentos, além dos furtos e roubos que ocorrem dentro dessas propriedades invadidas.

Agora mesmo está se chegando ao período da colheita de café. E é o momento em que essas organizações criminosas, travestidas de MST, travestidas de povos

originários, vão invadir essas propriedades para roubar tudo aquilo que famílias deram o sangue e o suor para produzir!

Então, é uma escolha de cada deputado, mas eu tenho certeza de que esta Casa não vai se rebaixar à criminalidade. Nós não vamos nos calar, nós temos o dever e a obrigação de combater essas invasões de propriedades que resultam em inúmeros crimes, além de prejuízo econômico ao nosso estado.

E tenho aqui mais um relato. Mesmo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nos assentamentos do MST, aqueles líderes que estão lá subjagam aquelas famílias, mulheres são abusadas sexualmente, e aquelas famílias que ali estão vivem sob um regime análogo à escravidão.

Só não abre o olho quem não quer, quem é conivente com a criminalidade. E eu não vou aceitar isso. Vamos lutar por essa investigação através dessa CPI para que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente.

(...) os criminosos, as organizações criminosas e aqueles que estão lucrando politicamente com essas invasões sejam identificados e punidos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Leandro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Marcelino Galo. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, meu nobre deputado.

Enquanto V. Ex.^a chega à tribuna para falar, quero registrar a presença da presidente Ivana. Ela está ali, conversando com os líderes para ver se a gente consegue afinar a pauta para nós votarmos logo mais.

Fique à vontade, deputado Marcelino.

O Sr. MARCELINO GALO: Muito obrigado, deputado Samuel Junior.

Cumprimentar as nossas deputadas, nossos deputados, companheiros e companheiras trabalhadores, servidores do Sinpojud que ocupam essa parcela aí das galerias.

Presidente, o deputado Alan Sanches se queixou de que eu estava olhando para ele de cara feia. Mas eu quero dizer ao deputado que eu vou aceitar o convite dele para a gente visitar o Hospital Roberto Santos, mesmo porque, deputado Alan, eu preciso voltar lá para agradecer por um atendimento. Tendo que recorrer àquele hospital, justamente ao setor especialista em dor, sem me identificar como deputado, como cidadão comum – eu tive que recorrer, mesmo tendo plano de saúde –, e ali, deputado Alan, eu fui muito bem tratado.

Então, eu quero voltar lá para agradecer e, inclusive, elogiar o departamento especialista em cuidar da dor que ali foi criado. E quem sente dor sabe da necessidade de ter um tratamento imediato. E aquele setor ali está batendo recorde em atendimento.

Então, não tem problema algum. No dia que V. Ex.^a quiser me convidar, eu estarei à disposição para ir a qualquer hospital da Bahia.

E, aqui, não vou falar mais da separação, porque, separação litigiosa, o problema é do casal. A gente não pode, inclusive, ficar divulgando isso, ouviu, deputado Alan?

Mas eu queria falar mesmo era da 5ª *Conferência Nacional do Meio Ambiente*, que vai ser realizada em Brasília. E a Bahia bateu o recorde em conferências livres, deputado José de Arimateia.

Então, nós trabalhamos muito no sentido de estimular as conferências livres, porque esses representantes, delegados eleitos para representar a base, todos os biomas, vão direto para Brasília. E o estado da Bahia, com 7% da população nacional, elegeu 22% dos delegados do país.

Então, deputada Fátima Nunes, das 282 conferências livres, a Bahia realizou 62, com a participação de baianos e baianas dos diversos biomas deste estado, com capacidade de apresentar propostas, de apresentar um diagnóstico correto da situação ambiental das suas regiões e dos seus territórios. Então, é digno de registro.

Eu queria, aqui, parabenizar a SMAD, que é a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, e a coordenação da frente parlamentar socioambientalista que se empenhou em fazer esse trabalho. E nós sabemos que para trabalhar a questão ambiental é necessária a participação social. Então, não basta decreto do estado. Mas nós precisamos de uma participação consciente do maior número. E isso foi feito, com cada um ali apresentando o diagnóstico do seu território. Depois, escolheram os seus representantes.

E, agora, a Bahia, batendo o recorde,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vai levar o maior número de delegados eleitos em conferências livres. Não são do poder municipal, não são do poder estadual e não são vinculadas a qualquer estrutura do estado, mas, sim, às organizações da sociedade civil.

Então, parabéns ao estado da Bahia,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) parabéns a todos os ambientalistas e às organizações sociais que demonstraram muita capacidade política. E rumo à 5ª *Conferência Nacional do Meio Ambiente* deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Marcelino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Pedro? Com a palavra meu amigo, meu irmão deputado Pedro Tavares.

Estive em Ilhéus e não deixei nada para V. Ex.^a.

O Sr. Pedro Tavares (fora do microfone): Já soube, já.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Grande figura, meu amigo Pedro.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu querido amigo, e presidente desta sessão, deputado Samuel Junior, eu queria começar parabenizando a presidente Ivana Bastos pela disposição de votar projetos de deputados, projetos esses que já foram aprovados na CCJ. É muito importante que esta Casa crie uma rotina votando os projetos dos deputados estaduais. Então, queria parabenizar pela iniciativa a presidente Ivana Bastos, toda a Mesa diretora também, em sua pessoa, primeiro-secretário, deputado Samuel Junior. E que se torne uma rotina, que, pelo menos, de 15 em 15 dias ou uma vez ao mês a gente possa, aqui, apreciar os projetos dos deputados estaduais.

Mas também queria falar de algo muito importante, algo cuja bandeira eu venho levantando e chamando a atenção do governo do estado há mais de 15 dias, que é a questão da seca que assola a região de Irecê e também a Chapada Diamantina, trazendo diversas dificuldades para a população da região, que já sofre com a perda do rebanho, com a perda da safra, com os poços artesianos secando, com a economia tendo sérias dificuldades por conta de toda essa questão que envolve os impactos da seca.

Eu alertei sempre ao governo do estado da necessidade de se fazer um comitê de enfrentamento à crise hídrica na região de Irecê e na Chapada Diamantina, para que, através desse comitê, se levasse ações imediatas, emergenciais para que a população da região não sofresse tanto, para que se buscasse minimizar os impactos da seca.

Eu vi que o governador fez uma reunião e, o que soube também pela imprensa, que irá à região de Irecê juntamente com órgãos do governo federal. E o que eu queria pedir é que dessa reunião saiam ações concretas, que, depois da reunião, já no dia seguinte tenham ações para minimizar os efeitos nefastos da seca que atinge a região de Irecê e a Chapada Diamantina.

Queria dar uma sugestão ao governo do estado num momento tão difícil: que se faça um aporte, uma emenda para os municípios, deputado Rosemberg Pinto. Assim como existe a emenda do custeio na saúde, do custeio na assistência social, que se crie uma emenda com valor de custeio para o enfrentamento à seca, para que esse recurso vá diretamente para o município que decretou estado de emergência ou de calamidade. Dessa forma, a Defesa Civil do estado vai fazer o seu plano de trabalho junto com o município, que tem uma capacidade maior de dar agilidade nessas questões, fazendo com que chegue cesta básica à família que precisa, que chegue o carro-pipa de forma mais ágil às comunidades que estão necessitadas. Os prefeitos são quem sabem, quem convivem com o dia a dia dos municípios.

Eu queria pedir ao governo do estado que fizesse a análise dessa sugestão, que fizesse o recurso específico para a conta das prefeituras, para que os prefeitos possam, através do estado de emergência, do decreto de calamidade, ter ações efetivas que possam chegar na ponta, para diminuir a fome, a sede, para que possa fazer com que os produtores não percam os seus rebanhos, não percam também...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a sua safra.

Era isso que eu queria deixar mais uma vez, essa cobrança ao governo do estado, ao governo federal: que dessa reunião saiam ações claras, efetivas que cheguem até a região, para que a região não sofra tanto, e que se analise essa questão de haver uma emenda que vá diretamente para a prefeitura,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que a prefeitura possa fazer o combate ou minimizar os efeitos da seca de uma

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Obrigada.

Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Samuel Junior, colegas deputados, deputadas, nossa presidenta Ivana Bastos, certamente que ajustando ali quais serão os projetos que iremos votar neste dia de hoje.

Eu queria, nesta tarde, fazer um registro de parabéns à Escola Família Agrícola de Ribeira do Pombal, que na semana passada completou 30 anos de sua fundação. É uma escola que desenvolve a pedagogia da alternância, em que os alunos, os estudantes ficam na escola por 15 dias, morando, recebendo as aulas e o treinamento técnico também. Uma convivência de família em que muitos dos monitores e professores ficam na escola nos 15 dias inteiros, dando assistência, encaminhamento, ajudando na orientação daqueles jovens que escolhem estudar naquela escola.

Quero, daqui, desta Assembleia, desta tribuna agradecer imensamente ao nosso querido Dom Mário Zanetta, *in memoriam*, e à nossa querida irmã Gabriela, que continua na batalha conosco.

A irmã Gabriela, a irmã Angelina e, *in memoriam*, a irmã Dolores são membros da Congregação das Irmãs de São José e chegaram há 50 anos à cidade de Cícero Dantas com a vontade de ajudar às pessoas que mais precisavam, ajudar, muitas vezes, dando um prato de comida, uma sacola de comida para levar para casa, mas, sobretudo, ajudando a entender que a pobreza, que a desigualdade, que a fome não são vontade de Deus, mas, sim, um modelo de sociedade. Que se os homens e as mulheres trabalhassem, se se organizassem em sindicatos, em associações, em grupos, e pudessem apresentar aos governos da época uma proposta de melhoria das condições de vida poderiam, sim, ir alterando esta qualidade de vida.

Portanto, celebrar os 50 anos da chegada das Irmãs de São José a Cícero Dantas e celebrar os 30 anos da Escola Família Agrícola, que fica no limite entre Cícero Dantas e Ribeira do Pombal, uma escola territorial, porque lá tem alunos de Jeremoabo, Adustina, Paripiranga, Santa Brígida, Pombal, Euclides da Cunha; tem alunos das comunidades quilombolas, tem alunos das aldeias indígenas. Então, é uma escola bastante integrada onde o aluno, além de aprender a ler e escrever, aprende também a cuidar da terra, a desenvolver atividades produtivas em suas propriedades, a gostar de viver no seu lugar de origem e não deixar sua terra natal para buscar recursos, muitas vezes, em lugares distantes, sem ter as condições de alcançar, e, às vezes, encontrando barreiras que ceifam vidas de pessoas quando encontram lugares que não são convenientes para se viver.

Portanto, eu queria, daqui, desta tribuna, saudar todos os monitores, todos os professores, os pais e as mães que escolhem como uma oportunidade para os seus

filhos essa Escola Família Agrícola. E, sobretudo, também registrar que essas escolas, que são 34 na Bahia, passaram a receber recursos públicos, através de lei que votamos aqui, na Assembleia Legislativa, após a chegada de Jaques Wagner ao governo, passando pelo governador Rui Costa, hoje ministro, e, agora, pelo governador Jerônimo Rodrigues, desde o período em que ele era secretário de governo. Antes eram mantidas com recursos da caridade internacional de organizações de outros países que olhavam para o Brasil com solidariedade, com fraternidade e com um anseio...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: (...) de que homens e mulheres pudessem viver com dignidade nesta terra. Portanto, com a sua tolerância, encerro aqui, parabenizando a todos que fazem as Escolas Famílias Agrícolas da nossa Bahia.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a só esqueceu de pedir o voto aos colegas deputados, porque V. Ex.^a está candidata à primeira-vice.

O Sr. Alex da Piatã (fora do microfone): A votação não é hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Senhores, encerrado o Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não há Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, não é meu, não. Eu estou aqui na condição de presidente, então, eu estou sem partido. Quando estou presidindo, eu sou apartidário.

Então, como se encerrou o Pequeno Expediente, se houver orador inscrito, falará no Grande Expediente. Se não tiver, nós vamos para o Horário das Representações Partidárias. Se não houver quórum, a gente encerra a sessão, e um beijo no coração. Fique tranquilo, meu amor. Aqui a gente só segue a lei.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, estou defendendo o meu querido amigo Tiago Correia. O Grande Expediente é da Minoria. Se V. Ex.^a encerrar o Pequeno Expediente, chamar o orador do Grande Expediente e não houver, ele perde. Para não perder, nós fizemos uma combinação com o deputado Pedro Tavares: segue-se com quem quer falar e logo depois nós vamos para a Ordem do Dia.

O Sr. Pedro Tavares (fora do microfone): Para a gente não perder o Grande Expediente, entendeu?

O Sr. Dr. Diego Castro (fora do microfone): Eu quero falar no Grande Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, está bom. Ele quer falar no Grande Expediente, deputado...

O Sr. Pedro Tavares (fora do microfone): Quem vai falar no Grande Expediente?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como aqui é a Casa do acordo, porque o Grande Expediente é da representação partidária, que, nesse caso, salvo engano, hoje é do União Brasil...

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Então, vocês querem pegar o horário da representação partidária e dividir para o Bloco, é isso?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não.

O Sr. Pedro Tavares: Não. Aí, depende de um acordo com o líder Rosemberg, porque aí poderia dividir. São três deputados que querem falar: o deputado Diego, o deputado José de Arimateia e o deputado Leandro de Jesus. Se puder dividir,...

O Sr. Rosemberg Pinto: Ele pode usar...

O Sr. Pedro Tavares: ...10 minutos para um, 10 minutos para outro e...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sim, ele pode usar o Grande Expediente, dividindo para os três. Se eles quiserem usar.

O Sr. Pedro Tavares: Se for, tem que ter acordo para...

O Sr. Rosemberg Pinto: De minha parte, não tem problema algum.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Só se vê na Bahia! Não tem uma música que diz assim: "Só se vê na Bahia." Então, vamos pegar o Grande Expediente. Como V. Ex.^a quer, então, eminente líder Pedro? V. Ex.^a quer pegar o Grande Expediente, que é do partido de V. Ex.^a, e dividir por cinco oradores, é isso?

O Sr. Pedro Tavares: Por três.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Por três oradores, não é? Só se vê na Bahia!

O Sr. Rosemberg Pinto: Poderia fazer nas representações partidárias, não é?, mas..

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pedro, a deputada Cláudia chegou aqui querendo falar. Se V. Ex.^a também puder, dentro desse horário...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, querido, ainda tem o Horário das Representações Partidárias depois, quando a deputada Cláudia vai falar. Ela tem tempo suficiente, aqui, no Bloco do Governo. No Bloco do Governo, ela tem tempo suficiente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

Fruto de acordo, no horário que competia ao União Brasil, nós vamos ouvir o nosso bispo falar por 5 minutos.

O Sr. José de Arimateia (fora do microfone): Não, é mais. No Grande Expediente são 25 minutos; dividido por três, dá 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): E por mais 5 minutos, vai falar o deputado Diego Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ de ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu venho a esta tribuna para fazer o registro, parabenizando, do evento que aconteceu no sábado, dia 5 de abril, o *Driblando a Fome*, realizado pela Unisocial da Igreja Universal do Reino de Deus. Quero parabenizar todos os envolvidos nessa iniciativa importante, que uniu pessoas em torno de uma causa nobre, e uniu a solidariedade.

Tivemos a presença de mais de 3 mil representantes da matriz africana, que também participaram do evento. O destaque do evento foi a arrecadação de alimentos. Foram quase 200 toneladas de alimentos, Sr. Presidente, que vão beneficiar centenas, milhares de famílias.

Tivemos, também, a mensagem de fé, a Palavra de Deus, transmitida pelo bispo Renato Cardoso e sua esposa, D. Cristiane Cardoso, oferecendo aquela oração, abençoando através de uma oração de fé pela família.

Quero, aqui, agradecer pelo trabalho que a Igreja Universal tem feito, incansavelmente, pelo Unisocial, desenvolvendo esse trabalho no Brasil e no mundo, em que, além de levar a Palavra de Deus, leva também o trabalho social.

Como deputado estadual nesta Casa por cinco mandatos, quero, aqui, parabenizar uma iniciativa como essa, apoiando juntamente com toda a nossa equipe, e parabenizar a solidariedade e a inclusão social. Vamos continuar trabalhando juntos para criar um mundo mais justo e compassivo. Parabéns ao *Driblando a Fome* por esse evento, na pessoa do nosso bispo estadual, Sérgio Correia, que coordena o trabalho da Igreja Universal aqui e o trabalho social.

Quero também, Sr. Presidente, nesse tempo que ainda me cabe, dizer que apresentei nesta Casa uma Moção de Congratulação ao Hospital Geral do Estado, o HGE, pelo aniversário de 35 anos. Parabenizar essa instituição tão importante, inaugurada em 10 de abril de 1990, uma das maiores unidades públicas de saúde do estado, oferecendo serviços de alta complexidade em diversas áreas, como trauma, neurocirurgia, cardiologia, dentre outras. Com centenas de leitos, o Hospital Geral do Estado, em Salvador, atende a uma grande demanda de pacientes de toda a Bahia.

Parabéns a toda diretoria do HGE. Nós não poderíamos deixar de fazer esse registro.

A outra moção, Sr. Presidente, que também sou levado a apresentar, é sobre o 7º aniversário do Hospital Municipal de Salvador. O hospital é um exemplo de dedicação, compromisso e amor ao próximo. Com a sua equipe altamente qualificada, sua infraestrutura moderna, a unidade tem sido um ponto de referência para a saúde pública da Bahia. Parabéns ao Hospital Municipal de Salvador. Parabéns a essa instituição tão importante para a nossa cidade.

E para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que hoje participei da primeira reunião da Comissão de Educação desta Casa, presidida pela deputada Olívia Santana. Este deputado substituiu o deputado da Minoria que não pôde estar presente e pediu para se ausentar. Mas este deputado está agora fazendo parte dessa comissão e, graças a Deus, conseguimos aprovar uma pauta que já estava acumulada desde o final do carnaval, mas hoje tivemos quórum e conseguimos avançar.

Quero dizer aos Srs. Deputados que o deputado Arimateia está à disposição dessa comissão para ajudar na educação de qualidade que a Bahia precisa. O deputado Sandro Régis não pôde mais fazer parte dessa comissão. Eu agora estou fazendo parte dessa comissão.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(A deputada Ivana Bastos assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Diego Castro pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr.^a Presidente, senhoras e senhores, Sua Excelência, o povo da Bahia, que nos assiste pela *TV ALBA*, cumprimento todos os presentes nesta Casa no dia de hoje.

Inicialmente eu queria comemorar aqui a sanção do nosso projeto de lei aprovado nesta Casa, no ano passado, para instituir o chamado pacote antidrogas nas escolas públicas do estado da Bahia. O pacote antidrogas, projeto de minha autoria, agora é lei e institui uma série de protocolos educativos para desestimular a proliferação dessa praga que destrói famílias, destrói lares e que não contribui em nada nesses tempos em que a gente vê o avanço progressista dentro da nossa terra.

Aliás, aqui, infelizmente, é a terra onde, há alguns anos, essa política progressista se instalou, e o resultado a gente vê aí: 20 anos de atraso, 20 anos de retrocesso, a Bahia na vala da desgraça, a verdade é essa. Em tudo que compararmos, nós estamos em último lugar.

E, graças a Deus, com muito esforço, articulação... Agradeço aos colegas desta Casa que entenderam a necessidade do projeto. Da maneira que foi pautado, houve uma sensibilidade, e vamos, sim, estar atentos ao cumprimento dessa lei nas escolas públicas do estado da Bahia.

Outra coisa, presidente, mais uma para gente botar na conta do “Zerônimo”. Você que compra o seu produto, aquela sua bolsinha, na Shein, na Shopee, você que compra produtos por meio dessas plataformas, como se não bastasse a mentira do Lula de que ficaria tudo mais barato, sendo que, ao invés de melhorar, ele piorou tudo aumentando a tributação, aumentando os tributos federais, agora “Zerônimo” fez a sua parte e aumentou o ICMS internacional para 20% no nosso estado.

Ou seja, você que está comprando... Por exemplo, eu estava agora lá no meu gabinete, uma determinada pessoa que foi comprar um produto que custava R\$ 700... Com os encargos, o produto foi para quase R\$ 2 mil. Parte disso bote na conta de Jerônimo e do Lula, que têm uma visão vampira acerca da tributação, uma visão de quanto pior melhor.

Afinal, não se fala outra coisa dessa gente a não ser que o desenvolvimento econômico, na cabeça deles, é feito pela via do sacrifício do bolso do contribuinte, do sacrifício do bolso do pobre, que, no final das contas, proporcionalmente falando, é quem mais paga imposto. Esse é o governo que diz ser dos pobres, o governo que diz

ser pelo proletariado, pelos que mais necessitam. É o governo que está botando uma carga desigual, um “chumbo”, nas costas dessas pessoas.

Com a geração de tributos, a gente tem somente desestímulo ao investimento porque ninguém vai querer investir em um país ou em um estado como a Bahia, que é campeã em perder investimentos desde que o PT assumiu. A gente pode falar aqui da JAC Motors, da Ford, que saíram daqui, e de tantas outras empresas que deixaram de se instalar aqui porque, quando olham para este estado, se assustam com tanta burocracia e com tanta carga tributária.

E, como se não bastassem os meios que temos para escapar disso, o governo deu um jeito de meter uma coleira no pescoço e de rastrear e roubar do seu bolso. O imposto, quando não dá a contrapartida para onde deveria ser destinado, sim, é roubo à mão desarmada, que, no caso, seria furto, tecnicamente falando, não é?...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Conclusão, onde vamos parar desse jeito? Qual foi o contexto que se desenvolveu, que prosperou, com carga tributária excessiva e com perseguição ao setor privado? Nenhum! Esse é o modelo de governo em que a Bahia caminha há 20 anos. Vamos abrir o olho, gente, vamos sair dessa praga, para que não completemos mais 4 anos, e aí eu não sei no que vai dar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Vamos para a vala da miséria, eu não sei mais aonde chegar. Do jeito que estamos indo, nem em fundo do poço há que se falar.

Muito obrigado, presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem. Presidente, como, pelo acordo... Está concedida a palavra, presidente?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedida, Sr. Deputado.

O Sr. Samuel Junior: Ah, sim. Como ali já é fruto do acordo, já encerrou o Grande Expediente, nós vamos entrar agora no Horário das Representações Partidárias. Aí eu já queria que V. Ex.^a verificasse o quórum da continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr.^a Presidenta, pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Samuel, eu queria pedir a V. Ex.^a, porque nós fizemos um acordo com o deputado Tiago Correia, acordo este feito por meio da nossa presidenta, que hoje nós não votássemos projetos do governo. E não vamos votar. Mas que votássemos projetos de deputados e comendas se, obviamente, o projeto da comenda estiver dentro da regra. Tem projetos de deputados, e nós dissemos, eu disse para a Bancada do Governo, que a votação seria por acordo; e o deputado Pedro Tavares, quando nós conversamos ali, também disse que seria por acordo.

Se V. Ex.^a pedir verificação de quórum para a continuidade da sessão, pode ser que gere descontinuidade e não votemos os projetos por acordo. A minha ponderação

é que deixássemos transcorrer mais duas ou três falações e votássemos aquilo que está acordado. Tem um projeto do deputado Alex da Piatã, me parece que tem outros dois projetos, e, obviamente, na hora da votação, para garantir o quórum de votação, aí V. Ex.^a pede a verificação do quórum.

Queria ponderar isso a V. Ex.^a porque nós nunca votamos aqui, deputados, projetos de deputados sem ser por acordo. Então, deputada, eu queria pedir isso a V. Ex.^a. Caso ele não concorde, queria que marcasse os 15 minutos regimentais para que a gente possa chamar todos os deputados e deputadas aqui na Casa e atender à solicitação de verificação de quórum feita pelo deputado Samuel Junior.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Zere o painel no tempo de 15 minutos para restabelecimento do quórum. Srs. Deputados, solicitação de quórum no Plenário para votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado Samuel parece que está convencido, deputada Ivana, de a gente votar os projetos por acordo...

O Sr. Samuel Junior: Presidente, V. Ex.^a já encaminhou para zerar o painel, mas, atendendo ao pedido do deputado Rosemberg, eu vou retirar minha questão de ordem para que a gente continue na discussão das representações partidárias, e, salvo engano, me parece que tem um projeto de lei do meu colega, o deputado Alex da Piatã.

Agora, sobre a comenda, eu gostaria de deixar muito bem claro para a senhora que, independentemente de quem for o homenageado a ser votado no dia de hoje, a gente só vote com o quórum de votação de 32 deputados presentes. Independentemente de quem seja.

Porque eu acho que, se, de fato, a Casa quer homenagear, mesmo que a gente não faça o rito correto, que é ter a votação com voto secreto, que, pelo menos, 32 deputados, que é o quórum de votação, estejam presentes aqui para que a gente possa votar. Se é para a Casa homenagear, que, pelo menos, a maioria dos deputados estejam presentes no Plenário para que, de fato, a Casa homenageie, independentemente de quem seja esse homenageado.

Então, gostaria de fazer esse pedido a V. Ex.^a para que isso já fique claro, certo? Quanto ao acordo do voto do deputado Alex da Piatã, sem nenhuma dificuldade, mas qualquer outra votação, principalmente de comenda ou título... O.k., minha presidente? Eu vou seguir a orientação da senhora e estou indo lá para o gabinete atender.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Retirada a questão de ordem. Restabelecer o quórum, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Samuel Junior: Como houve um pedido por parte do líder Rosemberg, eu acho que a gente poderia, então, fazer um acordo aqui, e o momento é bom porque o deputado Pedro também aqui está...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Já entrar na Ordem do Dia...

O Sr. Samuel Junior: Isso, em vez de a gente estar aqui no Horário das Representações Partidárias...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, é porque tem duas... é...

O Sr. Samuel Junior: Mas fala mais tarde, rapaz.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, deputado, é porque nós tínhamos combinado quando V. Ex.^a...

O Sr. Samuel Junior: Oh! Rosa, você só sabe pedir, Rosa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, meu amor, eu vou concordar. É porque a deputada Cláudia Oliveira, ao chegar, ela pediu um tempo e eu combinei que V. Ex.^a usaria os três tempos, depois a deputada Cláudia.

Aqui nós temos... Vamos combinar aqui o seguinte: coloca duas pessoas de um lado; duas pessoas de outro lado; e a gente vai para Ordem do Dia, o.k.?

O Sr. Samuel Junior: É só a deputada Cláudia.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, do lado de cá, a deputada Cláudia e o deputado Rosemberg.

O Sr. Samuel Junior: Quer falar de novo, Rosa?

(...) O Sr. Rosemberg Pinto: Eu não falei, eu não falei.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela representação partidária, com a palavra a deputada Cláudia Oliveira.

Rosemberg Pinto (fora do microfone): E o deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Eu estou nessa lista também, presidenta, viu?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Cláudia, 5 minutos; Hilton Coelho, 5 minutos; e Rosemberg Pinto, 5 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra a deputada Cláudia Oliveira pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: Sr.^a Presidenta, boa tarde, boa tarde aos nobres deputados aqui presentes e à nossa futura vice-presidenta, Fátima Nunes, com fé em Deus, na semana que vem, nós estaremos aqui para votarmos e vermos uma mulher ao lado de outra grande mulher conduzindo os trabalhos desta Casa.

Nobres deputados, quero dizer que, na semana passada, eu tive que me ausentar em um dia porque recebemos, em Eunápolis, a nossa secretária da Saúde, Roberta Santana, que muito nos alegrou com a sua ida. Quando ela vai a uma cidade em qualquer parte da nossa Bahia, ela sempre leva motivos de alegria, sempre leva materiais para os hospitais, leva notícias boas para a saúde pública da nossa Bahia, sempre com o aval do nosso governador Jerônimo.

E, na semana passada, a secretária Roberta entregou cerca de 150 mil em equipamentos para o Hospital Regional de Eunápolis, e isso já graças ao trabalho do nosso prefeito Robério Oliveira, que chegou chegando, pegando uma cidade realmente destruída. Com o seu trabalho, as pessoas já estão vendo que o prefeito, que deixou um legado em Eunápolis, voltou para fazer a diferença.

As pessoas confiam no prefeito Robério Oliveira, e eu estou tendo a grata satisfação de, mais uma vez como primeira-dama daquele município, como deputada que representa aquela região, ver o sorriso nos rostos das pessoas.

A secretária de Saúde de Eunápolis, a Sr.^a Livia Oliveira, levou, entregou, juntamente com a equipe, equipamentos, cerca de 150 mil reais em equipamentos, e também a reestruturação do hospital, o que está acontecendo em parceria com o governo do estado. Também foram anunciados cerca de R\$ 5 milhões em investimentos do governo do estado, incluindo equipamentos, ampliação de leitos de UTI e oferta de serviços na área de oftalmologia por meio de contratualizações com a rede de saúde privada.

Além disso, ocorreu a contratualização de UTI neonatal, já que é uma demanda muito grande que a gente tem com bebês e crianças que, diariamente, precisam ser transferidas para centros maiores, para outras regiões. Graças a Deus, com essa contratualização com o Hospital Ramos, na cidade, nós vamos ter a oportunidade de poder, por meio do Surem, receber essas crianças no Hospital de Eunápolis. Há ainda o Hospital Ames, que também teve essa contratualização para receber e realizar lá as cirurgias eletivas.

Então, eu fico muito feliz de ver a saúde pública avançando não somente em Eunápolis, como em toda a Bahia.

No dia de ontem, como procuradora adjunta, a primeira procuradora adjunta, pude representar também a procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da ALBA, a nossa amiga e deputada Fabíola Mansur. Estive no município de Itabela, onde foi instalada a procuradoria da mulher.

Isso foi motivo de muita alegria, estive com a presidenta da Câmara Municipal de Itabela, a vereadora Simone Sossai, e com a vereadora Kamilly. Foi um projeto que elas colocaram naquela câmara, que ontem estava cheia, lotada, de mulheres, deputada Fátima, e pudemos, assim, dar início aos trabalhos da procuradoria.

Assim eu pretendo fazer, levar essa mensagem, o quanto estão sendo importantes os trabalhos da Procuradoria Especial da Mulher da ALBA e a necessidade de levar isso para os municípios da nossa região. E eu sei que, da mesma forma, a senhora está fazendo esse papel como todas as deputadas mulheres desta Casa estão.

Então, foi um momento de grande alegria, e eu estarei lá, ao lado das vereadoras, contribuindo com o trabalho em prol das mulheres que são vítimas, diariamente, de assédio moral, de violência doméstica e psicológica.

Também, ontem à tarde, estive no município de Santa Cruz Cabrália, onde pude entregar um carro para o Cram (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) de Santa Cruz Cabrália.

Foi uma emenda parlamentar, e aqui eu quero agradecer à nossa secretária de Políticas para as Mulheres, Neusa Cadore, que atentamente fez o possível para agilizar a ida desse carro para Santa Cruz Cabrália. E ontem, com a funcionária pública Kandara, nós entregamos esse carro utilitário que muito vai servir para os trabalhos do Cram, um trabalho que é feito em várias cidades onde tem esse centro de referência.

A gente sabe o quanto é importante um carro, porque assim o serviço vai chegar a lugares mais distantes. A gente sabe que o município de Santa Cruz Cabrália tem um território imenso, também atenderá às mulheres indígenas, e eu, com muita alegria, pude fazer essas entregas lá na tarde de ontem.

Então, a gente vê que o governo do estado, que o nosso governador Jerônimo, tem se preocupado com as mulheres, com a saúde pública dos baianos. E é isso que a gente quer aqui: trabalhar, representar bem o nosso estado. porque é um estado que vem despontando como um dos que tem o governador mais atuante, que mais trabalha por todos os baianos.

Muito obrigada, Sr.^a Presidenta, pelo tempo.

(Revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para falar sobre um dos maiores absurdos que poderá ser produzido pela Câmara dos Deputados em relação à luta democrática pela transparência e pela ética na política, além da tentativa de calar uma voz que sempre defendeu os maiores interesses da classe trabalhadora, os direitos do nosso povo à soberania nacional, a voz do companheiro Glauber Braga.

Foi apresentado por um deputado da Bahia, infelizmente, para a nossa vergonha, o deputado Paulo Magalhães, um parecer favorável à cassação do mandato de Glauber Braga. Paulo Magalhães é o mesmo deputado, deputado Bobô, que se absteve no Conselho de Ética ante a possibilidade de cassação do deputado Chiquinho Brazão, acusado do assassinato de Marielle Franco. Esse mesmo deputado, volto a dizer, que é uma vergonha para o estado da Bahia, apresentou um relatório pedindo a cassação do deputado Glauber Braga.

O que é que está por trás disso? Além de um conjunto de cortinas de fumaça em relação à forma veemente com que o companheiro Glauber Braga, deputado federal do Psol, com muito orgulho, faz a disputa política em relação às grandes questões deste país, além dessa cortina de fumaça, o que está por trás é a prática do próprio Arthur Lira e o chamado “Orçamento secreto”.

Glauber Braga tem sido um deputado que não concilia com esse grande esquema que se estabeleceu neste país e que faz do Orçamento Público uma verdadeira negociata, fragilizando, combalindo a perspectiva de se responder aos interesses da população brasileira para responder às conveniências de uma corja de corruptos que macula a imagem do Congresso Nacional com as práticas que todos nós sabemos. Todos nós sabemos o que é o “Orçamento secreto”.

É contra isso que o companheiro Glauber Braga, inclusive indo ao STF, tem protestado neste país e no Congresso Nacional. Por isso, se arma um grande esquema para que, no Conselho de Ética, se faça a cassação do mandato do companheiro Glauber Braga.

Volto a dizer que é um insulto à democracia brasileira, a tudo que nós podemos esperar da política voltada à maioria do nosso povo, que um deputado acusado de assassinar Marielle Franco permaneça completamente intocável pela Câmara federal e o companheiro Glauber Braga, que, por exemplo, sempre esteve em defesa do direito à justiça, seja cassado. Quero aproveitar a presença dos trabalhadores e

trabalhadoras do Judiciário baiano para ressaltar isso, porque é um deputado que esteve em todas as lutas do nosso povo, inclusive pelo direito à justiça.

Por isso, nós pedimos que todos que possam comparecer à possível sessão da Comissão de Ética que o façam, os que estiverem em Brasília façam isso para pressionar, que pressionem por meio das redes sociais. Existe uma campanha (“Glauber Fica”) que precisa de todo o apoio do conjunto da classe trabalhadora para que os corruptos, os que estão relacionados aos grandes esquemas, não sejam vitoriosos e nós, portanto, tenhamos a vitória da classe trabalhadora, que precisa, que tem, neste mandato do companheiro Glauber Braga, uma trincheira que não cessa de lutar pelos interesses do nosso povo.

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores, imprensa, visitantes, saúdo os certamente estudantes que visitam esta Assembleia.

Presidenta, hoje eu ouvi a fala do deputado Leandro de Jesus com relação à instalação da CPI que ele chama de “CPI do MST”. Primeiro, eu acho essa adjetivação extremamente ruim. O MST é uma instituição respeitada que tem o objetivo de lutar pela reforma agrária. Se as pessoas não concordam ou defendem outra pauta... Mas não há que se criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, obviamente, os seus dirigentes, que na Bahia é o deputado federal Valmir Assunção.

Aqui, neste Plenário, até pouco tempo, estava a deputada Lucinha, que é originalmente uma militante do MST, e a gente não pode aceitar que ele chame essas pessoas de criminosas.

A outra questão, deputada, é que eu quero me solidarizar com a senhora, estou muito preocupado. Eu tenho que expressar essa minha posição com relação a esse episódio da interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo. Aqui o deputado Adolfo, seguindo a orientação da procuradoria desta Casa Legislativa, arquivou esse processo, entendendo que aqui não é a seara para debater esse tema.

Esse é um tema de reflexão, de debate, do Congresso Nacional que foi debatido, e foi implementada uma determinada posição sobre essa temática. Não é esta Casa Legislativa o espaço para debater, em CPI, esse tema, que é de responsabilidade do Congresso Nacional.

Quero me solidarizar com a senhora, presidenta, porque o Tribunal de Justiça, ao tomar uma decisão, mandou fazer uma notificação à presidenta fora do espaço legislativo. Nós não podemos admitir isso. A presidenta desta Casa tem o seu local, é aqui o local, neste espaço em que se encontra. E, de repente, um oficial de justiça sair procurando nos diversos lugares onde a presidenta está para apresentar uma notificação...

Já não basta a decisão do Poder Judiciário interferir no Poder Legislativo? Isso nós não podemos permitir, é um acinte ao Poder Legislativo um oficial de justiça sair procurando em cada local onde a nossa presidenta está para fazer a sua notificação. Nós, deputados desta Casa, não podemos permitir isso! É o respeito à independência dos Poderes que está em jogo.

Por isso, presidenta, eu venho aqui dizer que respeito, e a senhora fez o correto em publicar a decisão do Poder Judiciário, mas eu lamento a interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo nessa questão que foi provocada pelo deputado Leandro de Jesus.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Samuel Junior: Presidente, eu até falei com a senhora, e eu acho que é de conhecimento de quase todos os deputados, e também da senhora, que no último domingo o presidente de honra da nossa Igreja Assembleia de Deus, o pastor Dermeval, faleceu, passou para a eternidade. O sepultamento foi ontem, inclusive V. Ex.^a me passou uma mensagem sendo solidária, também colocando a Casa à disposição, em tempo que agradeço todo o apoio que a senhora prestou.

O Pastor Dermeval foi presidente da nossa igreja aqui em Salvador, presidente da nossa igreja no estado da Bahia e, atualmente, estava como presidente de honra da nossa convenção e membro vitalício da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no Brasil.

Pela representatividade que ele tinha, principalmente para nós, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a que esta Casa prestasse a última homenagem a ele. Peço 1 minuto de silêncio. Gostaria de fazer essa solicitação à senhora.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Então 1 minuto de silêncio, Srs. Deputados.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Samuel Junior: Obrigado, presidente. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Informamos a visita dos alunos da Unifacs, do curso de Direito. Agradecemos as presenças.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Ordem do Dia.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há sobre a mesa, para votação por acordo, o Projeto de Lei nº 21.707/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação em local visível, de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados e dá outras providências.”

Para emissão do parecer conjunto das seguintes comissões: Comissão Constituição e Justiça; Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Colhendo os votos das comissões, designo a deputada Cláudia Oliveira para relatar o projeto.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra a deputada Cláudia Oliveira para relatar o projeto.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA:

(Lê) “ADENDO AO PARECER

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.707/2015, de autoria do Deputado Alex da Piatã, o qual ‘dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, em local visível, de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados, e dá outras providências.’

Cumpre-me, analisando o presente projeto de lei, propor, com a aquiescência dos Líderes das Bancadas da Maioria e da Minoria na Assembleia, bem como do seu eminente Autor, um adendo ao Parecer já exarado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

Emenda de Relator:

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 21.707/2015, renumerando-se os demais artigos.

Justificativa: o art. 3º da proposição já prevê a obrigatoriedade de observância da capacidade de lotação, uma vez identificada, ‘sob pena de responsabilização nos termos da lei.’ O art. 4º, por sua vez, prevê a possibilidade de aplicação de multa e demais penalidades previstas na Lei Complementar, bem como cassação de alvará de funcionamento. Ocorre que não há no dispositivo a especificação da Lei Complementar a que se queria referir, além do fato de que a concessão de alvará de funcionamento é de competência municipal, não cabendo à legislação estadual a imposição de sanção de tal natureza.

Aprovada tal correção no âmbito das Comissões, submeta-se a presente proposição à apreciação do Plenário.

É o adendo ao Parecer.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2025.

Deputada Cláudia Oliveira - Relatora”

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Colhendo votos nas comissões.

Aqueles que concordam com o parecer da relatora permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 21.707/2015. Em primeira e segunda discussões por acordo.

Não há orador inscrito para discutir. Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em 1ª e 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 21.707/2015, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.704/2025).**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.707/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação em local visível, de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Todos os estabelecimentos e recintos fechados destinados ao uso coletivo para reunião de pessoas, entretenimento, recreação, pavilhões de exposição, cinemas, auditórios, teatros, templos religiosos, salões para bailes ou danças, casas de show ou espetáculos, boates, casas noturnas, restaurantes, clubes e similares, deverão afixar uma placa indicativa da capacidade máxima de lotação, compreendendo o número de pessoas sentadas e o número de pessoas permitidas em pé.

Parágrafo único - A placa deverá ser afixada em local visível, na entrada principal do recinto e confeccionada no tamanho mínimo de 40 (quarenta) centímetros de largura por 30 (trinta) centímetros de altura, com caracteres legíveis, contendo além da informação a que se refere o caput deste artigo, a menção do número da presente Lei e a data de sua publicação, bem como o número do telefone da Defesa Civil, para comunicação de infrações.

Art. 2º - A informação de que trata o artigo 1º desta Lei, deverá ser aquela resultante do cálculo de dimensionamento de lotação constante do projeto técnico de prevenção de incêndios e respectivo auto de vistoria aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia e pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º - Uma vez identificada a capacidade de lotação, fica vedada a sua não observância, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Art. 4º - A fiscalização para a exigência da referida placa, será realizada por órgãos competentes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a contar 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2025.

Deputada CLÁUDIA OLIVEIRA
Relatora

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.256/2025, de autoria do deputado Adolfo Menezes:

(Lê) *“CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BAIANO AO DOUTOR LEANDRO ALMADA DA COSTA, DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em Plenário, designo o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, a mim foi concedido o papel de relatar esse projeto de resolução de iniciativa do deputado Adolfo Menezes, que concede Título de Cidadão Baiano ao Dr. Leandro Almada da Costa, delegado da Polícia Federal.

O Dr. Leandro Almada é natural do Rio de Janeiro e exerceu esse papel desde 2008, quando ingressou na Polícia Federal – atuando inclusive no Amazonas, aqui na Bahia, no estado do Rio de Janeiro –, até 2024. Uma carreira invejável do ponto de vista de tratar a forma policial de maneira cidadã, respeitando as diferenças, sendo um policial extremamente respeitado na sua corporação, mas também respeitado pela sociedade como uma pessoa de responsabilidade com a cidadania e com a democracia.

Por isso, deputado Adolfo, são importantes homenagens como essa, dar o Título de Cidadão Baiano a esse profissional, que tem serviços prestados à Bahia e ao Brasil.

Portanto, atendendo a essa postulação dedicada a uma das instituições mais respeitadas do Brasil que atua na investigação de crimes federais, na defesa da sociedade e da Constituição federal, conto com o apoio dos meus ilustres pares para aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2025.

Pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Colhendo votos nas comissões.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.256/2025.

Em discussão única. Não há orador inscrito para discutir. Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade, **em discussão única, o Projeto de Resolução nº 3.256/2025, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.705/2025). (Publicado no DOEL em 08/04/2025)**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.259/2025 de autoria da Mesa Diretora:

(Lê) *“Concede a Comenda Dois de Julho ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir Parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário, designo o deputado Marcone Amaral para relatá-lo.

O Sr. MARCONE AMARAL: Presidente, conforme ementa:

(Lê) *“Concede a Comenda Dois de Julho ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso.”*

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Colhendo votos da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão única. Não há orador inscrito para discutir. Encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.259/2025.

Aqueles que concordam com o Projeto de Resolução nº 3.259/2025 permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, em discussão única, o Projeto de Resolução nº 3.259/2025, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.706/2025). (Publicado no DOEL em 04/04/2025)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para votação, por acordo, o Projeto de Lei nº 24.714/2023, de autoria do deputado Angelo Almeida:

(Lê) *“Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral, sendo obrigatória a presença quando tratar de procedimentos que utilizem sedação ou anestesia que induzam a inconsciência da paciente ou durante exames sensíveis.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Designo o deputado Vitor Bonfim para emissão do parecer conjunto das comissões: Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, passo a relatar, no âmbito das comissões o Projeto de Lei nº 24.714/2023, de autoria do deputado Angelo Almeida:

(Lê) *“Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral, sendo obrigatória a presença*

quando tratar de procedimentos que utilizem sedação ou anestesia que induzam a inconsciência da paciente ou durante exames sensíveis.”

Sr.^a Presidente, na condição de relator, apresento uma emenda para suprimir do projeto o seu art. 4º, renomeando-se os demais.

Opino por sua aprovação com a emenda apresentada pelo relator.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Euclides Fernandes: Eu gostaria de...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, Sr. Deputado. Vamos terminar...

O Sr. Euclides Fernandes: Mas não entrou em votação, antes de a senhora falar, eu falei: “Uma questão de ordem, Sr.^a Presidente.” Como membro da Comissão de Justiça, eu peço vistas do projeto, isso é um direito regimental nosso.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): O projeto já foi relatado.

O Sr. Euclides Fernandes: Quando se coloca para apreciação dos membros da comissão, um membro da comissão pode solicitar vista, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Mas nós estamos com acordo de dispensa assinado.

O Sr. Euclides Fernandes: Não é problema de acordo, não, é direito.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): E já passou pela CCJ.

O Sr. Euclides Fernandes: Como é que V. Ex.^a tira o direito de um membro da comissão de conhecer o projeto?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Eu não estou tirando...

O Sr. Euclides Fernandes: Eu não tenho conhecimento do projeto...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): (...) eu não estou tirando o direito do senhor...

O Sr. Euclides Fernandes: Então, V. Ex.^a...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): (...) Alto lá, por favor...

O Sr. Euclides Fernandes: (...) atenda o Regimento Interno da Casa. Peça ao seu assessor de Plenário, para poder...

O Sr. Vitor Azevedo: Deputado Euclides, só 1 minutinho, esse projeto foi votado no CCJ, na terça-feira passada, o senhor estava presente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): E o senhor o aprovou na CCJ...

O Sr. Vitor Azevedo: Foi na terça-feira passada. O senhor estava na CCJ com a gente, foi na terça-feira passada.

O Sr. Euclides Fernandes: Não foi lido o parecer agora, não?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não.

O Sr. Vitor Azevedo: Não. Esse projeto de Angelo Almeida foi votado na terça-feira passada na CCJ, o senhor estava presente lá. Pode confiar!

O Sr. Euclides Fernandes: Ora, Sr.^a Presidente, eu gostaria que ficasse atentado ao Regimento Interno desta Casa. Porque, na verdade, para quem está assistindo daqui, há uma problemática muito grande.

Primeiro, quando se trata de títulos, de homenagens, normalmente há uma votação secreta, há uma votação nominal, mas a maneira, o procedimento, a postura para se fazer essa votação não está adequadamente de acordo com o Regimento Interno desta Casa. Por isso, eu peço a Sr.^a Presidente: vamos atrelar ao que determina o Regimento Interno, para que possamos trabalhar de uma maneira mais adequada.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Esse projeto, inclusive, foi votado pelo senhor, pela CCJ, na semana passada, na terça-feira. Aqui houve dispensa de formalidades, por isso que ele foi apresentado.

Os títulos que estão sendo votados aqui passaram pela Mesa Diretora. Então, é melhor o senhor se informar primeiro.

Em votação...

O Sr. Euclides Fernandes: Presidente, eu volto a dizer para V. Ex.^a ter cuidado, aí, com o Regimento Interno da Casa. Eu estou observando, presidente, permita eu colocar, Excelência...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pois não, meu querido.

O Sr. Euclides Fernandes: (...) regimentalmente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pois não, meu querido.

O Sr. Euclides Fernandes: Por exemplo: eu tenho um projeto de resolução aqui – eu vi vários projetos por dispensa de formalidades dos líderes, que se acham os poderosos, só colocam em pauta o que eles querem –, era para ele ter entrado há muito tempo em pauta, o projeto nº 22.709, que dispensa a formalidade quando se tem 21 assinaturas, um terço dos membros da Assembleia Legislativa.

Então, eu peço a V. Ex.^a que olhe também as prioridades da pauta. Esse projeto de resolução já foi aprovado pela Comissão de Justiça, está aí para entrar na pauta há mais de 1 mês. Então, eu peço a V. Ex.^a: vamos ver este procedimento que é fundamental, inclusive, para os Srs. Deputados terem mais facilidade na tramitação dos seus projetos, para poderem chegar a Plenário.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Se o senhor me trazer esse projeto, agora, com a dispensa de formalidades dos líderes da Maioria e da Minoria...

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, Excelência...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): (...) nós vamos votar agora esse projeto.

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, permita-me, não precisa de quebra de formalidades de liderança, não. É um projeto de resolução que atendeu ao Regimento Interno, foi votado na Comissão de Justiça e vem direto para pauta. Aí não precisa de assinatura de líderes da Oposição e da Maioria, não. A senhora tem que determinar aos seus assessores que botem na pauta da próxima semana.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Voltando ao Projeto de Lei nº 24.714/2023, de autoria do deputado Angelo Almeida, com parecer do deputado Vitor Bonfim.

Colhendo votos nas comissões.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em primeira e segunda discussões, por acordo.

Não há orador inscrito para discutir. Encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.714/2023.

Aqueles que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, em 1ª e 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 24.714/2023, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.707/2025).

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.714/2023

Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral, sendo obrigatória a presença quando tratar de procedimentos que utilizem sedação ou anestesia que induzam a inconsciência da paciente ou durante exames sensíveis.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado às mulheres o direito de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado da Bahia, sendo obrigatório nos casos que envolvam alguma sedação ou anestesia que induzam a inconsciência da paciente ou durante exames sensíveis.

Parágrafo único - O direito disposto no caput deste artigo poderá ser exercido sempre considerando as orientações da Norma Técnica que dispõe sobre os procedimentos para garantir a atenção humanizada às pessoas com suspeita e ou denúncia de violência sexual.

Art. 2º - Entende-se como exames sensíveis todos os exames mamários, genitais, retais e afins, aplicando-se inclusive a exames realizados em ambulatórios e internações, incluindo trabalho de parto, durante o parto e pós-parto imediato, bem como durante estudos de diagnóstico como transvaginal, ultrassonografias ou teste urodinâmico.

Art. 3º - Os estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado da Bahia, deverão afixar cartaz ou painel digital (display eletrônico), de forma visível e de fácil acesso, para informar o direito a que se refere esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2025.

Deputado **VITOR BONFIM**
Relator

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.243/2023¹ de autoria do deputado Patrick Lopes:

(Lê) “*Concede a Comenda 2 de Julho ao Sr. Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito, Deputado Federal pelo Estado da Bahia.*”

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário, designo o deputado Vitor Azevedo.

O Sr. VITOR AZEVEDO: Projeto de Resolução nº 3.243/2025, concede a Medalha Dois de Julho ao Sr. Antonio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito e dá outras providências.

Antonio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito ou simplesmente Antonio Brito, nascido 17 de janeiro de 1969, é um administrador de empresas e político brasileiro, filiado ao Partido Social Democrático (PSD). É deputado federal pela Bahia e ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Está na condição de líder do PSD na Câmara dos Deputados. Também foi, três vezes, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a segunda maior comissão da Câmara, na composição da época, em número de deputados. Preside o Grupo Parlamentar Brasil-Portugal, além de coordenar a Frente Parlamentar de Apoio a Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas e a Frente Parlamentar pela Luta contra a Tuberculose.

É filho do jurista, ex-prefeito e atual vereador de Salvador Edvaldo Brito, o qual possui forte influência em políticas públicas na Bahia e em Pernambuco.

Por tudo exposto e exaltando o profícuo trabalho desenvolvido pelo deputado, apresentamos esta proposição, buscando especialmente reconhecer o trabalho efetuado por abnegados profissionais que colocam suas vidas a serviço da cidadania.

Considerando a constitucionalidade da proposta do projeto de resolução, voto pela aprovação, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Colhendo votos na comissão.

Aqueles que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

O Sr. Euclides Fernandes: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

Desta feita, a formalidade necessária para a votação de projeto de homenagem... O Regimento Interno está aí, V. Ex.^a pode pedir ao seu assessor para poder ler o dispositivo. Que seja obedecido com a votação de ordem nominal, com a

¹ Nota do Departamento de Taquigrafia: onde se lê “Projeto de Resolução nº 3.243/2023”, leia-se “Projeto de Resolução nº 3.243/2025”.

votação secreta para poder fazer o atendimento do projeto. Se não for assim, Ex.^a, vamos rasgar o Regimento.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Aprovado.

Em única discussão no Plenário.

Não há orador inscrito para discutir. Encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.243/2023².

Aqueles que concordam com o parecer permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado, em discussão única, o Projeto de Resolução nº 3.243/2025, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.708/2025). (Publicado no DOEL em 03/04/2025).

O Sr. Euclides Fernandes: Sr.^a Presidente! Sr.^a Presidente!

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): O senhor não grita comigo!

O Sr. Euclides Fernandes: Eu não estou gritando com V. Ex.^a, não! Eu estou aqui no meu direito regimental! O Regimento estabelece que as homenagens são feitas através de um voto secreto e através da...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Houve dispensa de formalidades, meu senhor.

O Sr. Euclides Fernandes: Não tem negócio de dispensa de formalidades, não. É a lei, é o Regimento.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Houve dispensa de formalidades, isso nos dá o direito de votar.

O Sr. Euclides Fernandes: O Regimento está acima de dispensa de formalidades.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não, meu senhor.

O Sr. Euclides Fernandes: Está sim. V. Ex.^a se oriente aí com o seu pessoal de assessoria, porque isso é o regimental. V. Ex.^a mostre esse dispositivo aí que dispensa de formalidades tira essa obrigação da votação secreta.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Então, não tem finalidade nenhuma o líder da Maioria e o líder da Minoria, que respondem aos deputados, meu caro? Aprovamos hoje dois projetos de autoria de deputados, mais três honorarias.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Em tempo, na próxima terça-feira, teremos mais votação nesta Casa, como foi acordado.

Muito obrigada e boa tarde.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Pancadinha, Robinho, Rogério Andrade, Soane Galvão (licenciada) e Tiago Correia. (07)

² Nota do Departamento de Taquigrafia: onde se lê “Projeto de Resolução nº 3.243/2023”, leia-se “Projeto de Resolução nº 3.243/2025”.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.